



**Jornal Notícias**

21-11-2014

<b>Periodicidade:</b> Diário	<b>Temática:</b> Justiça
<b>Classe:</b> Informação Geral	<b>Dimensão:</b> 396
<b>Âmbito:</b> Nacional	<b>Imagem:</b> S/Cor
<b>Tiragem:</b> 110603	<b>Página (s):</b> 1/48

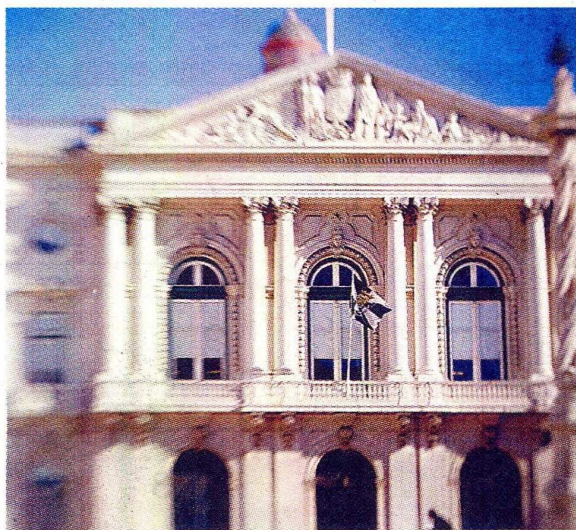
Escutas levam PJ a fazer buscas na Câmara de Lisboa

# Escutas levam PJ a fazer buscas na Câmara de Lisboa

## VISTOS DOURADOS

A **POLÍCIA JUDICIÁRIA** alargou a investigação do caso de corrupção dos vistos dourados à Câmara de Lisboa. Os inspetores da Unidade de Combate à Corrupção estiveram anteontem na autarquia, numa diligência de busca que teve como pano de fundo um negócio relacionado com António Figueiredo, presidente do Instituto dos Registos e Notariado, e o empresário chinês Zhu Xiaodong, ambos presos preventivamente.

Escutas telefónicas efetuadas ao principal arguido do processo de corrupção na atribuição de vistos e ao empre-



**Autarquia** confirma diligência junto de “um funcionário”

sário chinês terão estado na origem da diligência.

Em comunicado da Câmara de Lisboa, ao início da noite de ontem, é esclarecido que as buscas visaram “um posto de trabalho individual de um colaborador” e que “os serviços do município prestaram toda a colaboração que lhes foi solicitada”.

Alegadamente, estão em causa as relações de Figueire-

**EM CAUSA ESTÁ NEGÓCIO IMOBILIÁRIO COM INTERVENÇÃO DE CHEFE DOS REGISTOS E CHINÊS**

do com o Departamento de Gestão de Património Municipal. Em concreto, segundo a SIC, o outro principal suspeito no processo pretendia adquirir um prédio em Lisboa sem passar pela obrigatoriedade de realização de uma hasta pública. O imóvel acabou vendido a outra empresa sem a intervenção de Zhu Xiaodong. Desconhece-se que prédio está em questão.

No mesmo processo, o ex-diretor do SEF Manuel Palos, a ex-secretária-geral do Ministério da Justiça Maria Antónia Anes e Jaime Gomes, sócio do ex-líder do PSD, Marques Mendes, e do ex-ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, serão em breve colocados em prisão domiciliária, com pulseira eletrónica.

O juiz Carlos Alexandre proibiu ainda os principais arguidos de contactos com elementos do SIS, SEF, PJ, Ministério da Administração Interna, juízes e procuradores do Ministério Público. **N.M.M.**